



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682567 - SP (2021/0233735-2)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : MATHEUS FERNANDO DA SILVA DOS SANTOS
ADVOGADO : MATHEUS FERNANDO DA SILVA DOS SANTOS - SP300462
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JONATAN FERNANDO ROQUE CANDIDO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JONATAN FERNANDO ROQUE CANDIDO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2138400-28.2021.8.26.0000).

O paciente, na qualidade de reeducando, ingressou com pedido de progressão ao regime aberto ou de livramento condicional, o que foi indeferido pelo Juízo da execução. O referido indeferimento foi mantido pelo TJSP.

O impetrante sustenta que o reeducando preenche os requisitos para o deferimento do livramento condicional, sendo indevida a exigência de que o sentenciado passe, primeiramente, pelo regime semiaberto.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja imediatamente deferido o livramento condicional ao paciente ou, subsidiariamente, possa aguardar o julgamento final deste writ em liberdade.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Do acórdão combatido extrai-se (e-STJ fls. 17-18):

[...].

Também não é possível, em sede de habeas corpus, o deferimento de qualquer benefício previsto na Lei de Execução Penal, para o que, além da comprovação do lapso de tempo (requisito objetivo), há necessidade de incursão pelo material fático-probatório, inviável no âmbito restrito e sumário do remédio heroico.

Por outro lado, como se verifica de fls. 221/223, a decisão hostilizada pelo writ não padece de qualquer ilegalidade e está devidamente fundamentada, tendo seu prolator especificado, de forma clara e precisa, as razões de seu convencimento, consignando que "o sentenciado cumpria pena em regime fechado e foi beneficiado com a progressão ao regime semiaberto em 14/04/2021 e sequer ainda deu mostras de adequação à menor vigilância, não sendo viável a concessão de livramento condicional ou da

progressão de regime sem antes passar efetivamente pelo regime intermediário. Ou seja, a concessão desses benefícios configuraria verdadeira progressão por saltos, vedada em nosso ordenamento jurídico, ante a necessidade de permanecer por período razoável no regime intermediário, quando será avaliado de maneira mais adequada e mais próxima da realidade que encontrará nas ruas, verificando-se a absorção ou não da terapêutica penal".

E, como anotou o douto subscritor do parecer acerca da questão, "a decisão questionada recebeu adequada fundamentação e acompanhou a melhor orientação, seguindo o enunciado da Súmula nº 491, do Colendo Superior Tribunal de Justiça, que dispõe ser "inadmissível a chamada progressão per saltum de regime prisional". De fato, diante da recenticidade da progressão ao regime semiaberto, prematura a concessão de livramento condicional, por caracterizar a chamada progressão per saltum." (fl. 159).

Por fim, deve ser mencionado que a eclosão da Pandemia de Covid-19 não implica, por si só, na admissão automática do paciente em regime de prisão domiciliar, conforme, aliás, tem sido a orientação desta Colenda Câmara, notadamente porque inexistentes (a) indicação de autoridade sanitária para que se proceda à soltura de presos, provisórios ou não, (b) notícia de que pertença a grupo de risco, (c) documentação médica apontando a necessidade atual de assistência à saúde diferenciada, (d) demonstração de que há risco efetivo, no estabelecimento onde se encontra, maior que o suportado pelas pessoas não presas de contrair o CORONAVÍRUS, (e) comprovação de que em meio aberto receberá cuidados médicos mais adequados do que aqueles estatalmente prestados e, paralelamente, (f) porque não evidenciado que o Estado, na esfera direta ou indireta da administração penitenciária, não tenha meios de prontamente oferecer tratamento, em caso de eventual infecção pelo novo CORONAVÍRIUS (SARSCOV-2), em observância, inclusive, à regra jurídica expressamente disposta no artigo 41, inciso VII, da Lei das Execuções Penais, garantida pelo artigo 5º, inciso XLIX, da Constituição Federal.

Ademais, a impetração não trouxe comprovação inequívoca de que o paciente se enquadra no grupo de vulneráveis do Covid-19, ou que tenha a saúde fragilizada. Tampouco restou demonstrada a impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra.

Portanto, inexistente constrangimento ilegal a ser reparado pela via do presente remédio constitucional.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência